

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.348 - PB (2018/0305443-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS**  
**ADVOGADOS** : **ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**  
**RAFAEL LUCENA EVANGELISTA DE BRITO E OUTRO(S) -**  
**PB014416**  
**HILDEBRANDO EVANGELISTA DE BRITO - PB002655**  
**AGRAVADO** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheceu parcialmente do Recurso Especial, e, nesta parte, negou-lhe provimento (fls. 371/375e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Em julgamento realizado no dia 12.02.2019, a e. 2ª Turma do STJ, por unanimidade, sob a relatoria do Min. Og Fernandes, deu provimento ao REsp 1.777.160/PB (Município de Queimadas/PB) para condenar a União ao pagamento de honorários advocatícios, conforme ementa abaixo (divulgada na sessão de julgamento, mas ainda pendente de publicação):

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.**

1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução de mérito, mediante a verificação da sucumbência e a aplicação do princípio da causalidade.
2. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP n. 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, deixando de condenar a União pelo pagamento da verba advocatícia.
3. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo.
4. Recurso especial provido, devendo a verba advocatícia ser

fixada em sede de liquidação, na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015'.

Na ocasião, esta i. Ministra Relatora se manifestou explicando que havia decidido pela aplicação da Súm. 07/STJ em casos idênticos, mas que se fosse o caso da mesma situação registrada no acórdão recorrido, iria reanalisar os julgados.

Pois bem. O caso é exatamente o mesmo daquele tratado no REsp 1.777.160/PB (Município de Queimadas/PB), pois em ambos foi ajuizada ação ordinária pelo município em face da União Federal objetivando a inclusão da multa prevista no art. 8º, da Lei 13.254/2016, na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, ocorreu a perda superveniente de objeto por força da MP 753/2016, que reconheceu a pretensão autoral, e o Tribunal de origem afastou a condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência alegando que não há vencidos e vencedores e que esta não deu causa ao ajuizamento da ação, pois observou o princípio da legalidade.

Cumprе mencionar, ainda, a existência de outras 02 (duas) decisões já publicadas favoráveis à tese do presente recurso especial:

(...)

Diante disso, pleiteia a Agravante a reconsideração da decisão agravada, considerando os precedentes deste e. 2ª Turma e, ainda, os argumentos abaixo, que demonstram a não incidência dos óbices sumulares indicados na decisão agravada.

(...)

**(a) Da não incidência da Súmula 283/STF.**

A decisão agravada transcreveu trechos do acórdão recorrido no sentido de que 'não houve sucumbência, não havendo vencedores e vencidos' e que 'o caso não se subsume ao previsto no art. § 10º do art. 85 do CPC/2015, isto porque não se pode atribuir culpa à entidade pública, que age de forma vinculada', e alegou a ausência de impugnação específica dos fundamentos no recurso especial. Contudo, com a devida vênia, tal alegação merece ser corrigida.

Isso porque, a Agravante alegou no recurso especial, entre outras coisas: (i) que a pretensão exarada na inicial estava embasada na Lei Complementar 62/89, de forma a impugnar a alegação do acórdão recorrido de que a entidade pública age de forma vinculada e que não pode ser culpada pela necessidade de ajuizamento da ação (e-STJ fls. 335, 336 e 341), tanto que alegou violação ao art. 1º, parágrafo único, da norma citada; (ii) que ao lado do princípio da sucumbência existe o princípio da causalidade, devendo ser aplicado o art. 85, § 10, do CPC/15, e no caso em tela a Agravada deu causa ao ajuizamento da ação (e-STJ fla. 339 e 340).

O que se verifica no caso em tela é que o v. acórdão afastou a

aplicação do princípio da causalidade e do art. 85, parágrafo 10, do CPC/15, e o Agravante traz no recurso especial fundamentos que justificam a aplicação do referido dispositivo, o que jamais pode ser confundido com ausência de impugnação.

Resta demonstrada, assim, a não incidência da Súmula 283/STF, passando o Agravante a expor as razões que justificam a não aplicação da Súmula 07/STJ e o provimento do recurso especial.

**(b) Da não incidência da Súmula 07/STJ.**

Inicialmente, cumpre destacar de forma resumida as violações apontadas pelo Agravante no mérito do recurso especial:

(i) art. 85, parágrafos 3º, inciso II, 6º, 10º e 11, do CPC/15: Alegou o Agravante que, de acordo com o NCPC, quando houver perda de objeto da ação, sem vencido ou vencedor, os honorários de sucumbência serão pagos por quem deu causa ao ajuizamento da ação (*in casu*, a União Federal).

(ii) arts. 22 e 24, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94: Como consequência dos dispositivos anteriores, ao afastar os honorários de sucumbência assegurados pelo Estatuto da OAB, o acórdão negou vigência aos arts. 22 e 2, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94.

(iii) art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar 62/89: Aduziu o Agravante que o v. acórdão recorrido, ao decidir pela ausência de lei que contemplasse o pleito do de receber parte dos recursos oriundos da multa da repatriação, de forma a concluiu que a Agravada não deu causa ao ajuizamento da ação, ignorou que existiam no ordenamento pátrio regras legais que vinculam o repasse da arrecadação daquela multa aos Estados e Municípios via FPE e FPM, e incorreu em violação ao art. 1º, parágrafo único, da LC 62/89.

Verifica-se, assim, que a questão está centrada na possibilidade ou não de condenar a Agravada ao pagamento de honorários de sucumbência por força da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito em razão da perda de objeto, buscando a Agravante a reforma do v. acórdão que afastou a condenação em honorários imposta pela sentença.

A decisão agravada aduziu que a análise acerca da aplicação do princípio da causalidade atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Todavia, tal conclusão não merece prosperar, como se passa a demonstrar.

O art. 85, parágrafo 10, do CPC/15, vigente à época do ajuizamento da ação, dispõe que 'nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo'. Assim, mostra-se impositiva a fixação de honorários de sucumbência por força do princípio da causalidade. É da própria lei que prevê a condenação no caso de perda de objeto.

Nessa linha, afasta-se claramente o fundamento do acórdão recorrido de que 'não houve sucumbência, não havendo vencedores e vencidos',

pois a fixação dos honorários de sucumbência poderá se pautar no princípio da sucumbência ou, como se verifica no presente caso, no princípio da causalidade, que independe de haver ou não vencidos e vencedores.

No caso em tela, a ação foi ajuizada pelo fato de a Agravada não computar na base de cálculo do FPM os recursos inerentes à multa de 15% sobre os valores repatriados, o que causava lesão à Agravante, e a pretensão exarada estava em consonância com entendimento do e. STF.

Assim, é inegável que a resistência da Agravada deu causa ao ajuizamento da ação e a posterior edição da MP 753/2016 reconheceu o acerto da pretensão do Agravante e de outros Municípios.

Para chegar a essa conclusão, não há necessidade de examinar matéria fático-probatória, basta verificar que, se a medida superveniente reconheceu a legítima pretensão da Agravante, a Agravada foi a causadora do ajuizamento da ação, pois se tivesse ocorrido o repasse das verbas por esta, seria desnecessária a demanda judicial.

Assim, ressalte-se mais uma vez, foi necessário o ajuizamento da ação pelo Agravante e, conseqüentemente, deve a parte ré responder pelos ônus sucumbenciais na hipótese de extinção do feito por perda de objeto, com fundamento no art. 85, parágrafo 10, do CPC/15.

Portanto, o fato de não haver, à época do ajuizamento da ação, previsão expressa na Lei 13.254/16 acerca da inclusão da multa no montante a ser distribuído ao FPM, claramente não afasta o ônus sucumbencial da Agravada, como concluiu o acórdão recorrido.

(...)

**(c) Da violação ao art. 1.022, do CPC/15.**

Caso seja mantida a incidência da Súmula 07/STJ, o que se admite a título de argumentação, passa-se a exposição das razões que ensejam o provimento do recurso especial por violação ao art. 1.022, do CPC/15.

(...)

Diante disso, a Agravante opôs embargos de declaração para buscar a manifestação do Tribunal de origem sobre o disposto no art. 85, parágrafos 3º, inciso II, 6º e 10, do CPC/15, principalmente sobre as previsões de que os honorários são devidos ainda que se trate de sentença sem resolução de mérito e de que, na hipótese de perda de objeto da ação, os honorários serão devidos por quem deu causa ao seu ajuizamento.

Além disso, alegou omissão sobre os arts. 22 e 24, parágrafo 3º, da Lei Federal 8.906/94, que dispõem que o recebimento de honorários advocatícios é uma prerrogativa garantida ao profissional da advocacia e consiste na contraprestação monetária ao seu trabalho

técnico.

Contudo, o v. acórdão recorrido alegou que 'o caso não se subsume ao previsto no art. § 10º do art. 85 do CPC/2015, isto porque não se pode atribuir culpa à entidade pública, que age de forma vinculada à nova legislação que deu novo tratamento à hipótese jurídica apresentada esvaziou a lide de objeto, especificamente através da edição da MP 753/2016', e concluiu pela rejeição dos embargos de declaração por ausência dos vícios apontados, o que ensejou a alegação de violação ao art. 1.022, do CPC/15, no recurso especial.

A decisão agravada, ao analisar o recurso especial, aduziu que inexistiu omissão a ser sanada, alegando que o acórdão apreciou as questões de maneira fundamentada.

Todavia, com a devida vênia, verifica-se, sim, a ocorrência de omissão, pois ao contrário do que alega a decisão agravada, o acórdão recorrido não trouxe praticamente nenhuma fundamentação e, mesmo após o julgamento dos declaratórios, deixou de se manifestar sobre questões suscitadas pela Agravante capazes de alterar o resultado da demanda.

Tanto é que, conforme demonstrado, ao julgar casos com a controvérsia idêntica à que está sendo discutida, este e. STJ, com base em alguns dos fundamentos suscitados pelo Agravante, deu provimento a recursos especiais de outros Municípios para condenar a União ao pagamento de honorários de sucumbência" (fls. 385/396e).

Requer, ao final, o provimento do Agravo interno.

A parte agravada apresentou Impugnação (fls. 399/401e), requerendo o desprovimento do Agravo interno.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela parte agravante, reconsidero, em parte, a decisão de fls. 371/375e, para afastar os óbices das Súmulas 283/STF e 7/STJ.

Na origem, trata-se de apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS/PB contra sentença que julgou extinta, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015, ação ordinária visando à inclusão da multa instituída no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O acórdão recorrido, acerca da controvérsia, concluiu que:

"A sentença extintiva adveio do reconhecimento da perda superveniente de objeto da demanda, considerando a edição da MP nº 753/2016, que acrescentou o parágrafo 3º, ao art. 8º, da Lei nº 13.254/2016, para permitir a inclusão, na base de cálculo do FPM, do montante da multa cobrada no âmbito do RERCT (Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária).

Entende-se que os honorários advocatícios são indevidos, uma vez que não houve sucumbência, não havendo vencedores e vencidos" (fl. 272e).

Ocorre que esta Corte já se manifestou no sentido de que a extinção do processo sem resolução do mérito, em decorrência da perda superveniente do objeto da ação, não exime a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda da condenação em honorários advocatícios. Nesse sentido:

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONFIGURAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO.**

1. A fixação dos honorários advocatícios é devida mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade.
2. No caso, as instâncias ordinárias definiram que a MP n. 753/2016 autorizou a inclusão, na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, do montante da multa prevista no art. 8º da Lei n. 13.254/2016. Decidiram, por isso, pela perda superveniente do interesse de agir, deixando de condenar a União ao pagamento da verba advocatícia.
3. Se, pelo contexto descrito nos autos, a pretensão do município, anteriormente resistida, foi atendida em consequência de conduta extraprocessual da União, evidencia-se a necessidade dessa ação ao tempo de seu ajuizamento e a responsabilidade da ré pelos ônus advindos da instauração do processo.
4. Recurso especial provido, devendo a verba advocatícia ser fixada em sede de liquidação, na forma do inciso II, § 4º, do art. 85 do CPC/2015" (STJ, REsp 1.777.160/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/03/2019).

No caso dos autos, conforme asseverado na sentença, a MP 753/2016 autorizou a inclusão da multa prevista no art. 8º da Lei 13.254/2016 na base de cálculo dos recursos devidos em razão do Fundo de Participação dos Municípios, restando atendida a pretensão da parte autora, até então resistida, por ato superveniente da União, que deverá arcar com os ônus sucumbenciais, diante do princípio da causalidade.

Em igual sentido, as seguintes decisões monocráticas, em situações análogas: STJ, REsp 1.779.745/AL, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 11/02/2019; STJ, REsp 1.736.946/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 05/02/2019; STJ, REsp 1.721.493/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 18/12/2018.

Ante o exposto, **reconsidero**, em parte, a decisão de fls. 371/375e. Com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, conheço do Recurso Especial e **dou-lhe parcial provimento**, para condenar a União ao pagamento dos honorários sucumbenciais, em 8% (oito por cento) sobre o valor da causa, conforme determinado pela sentença de fls. 220/222e).

I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

